

### I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Horário: **08h**

**MANHÃ**

**GRADUAÇÃO**

Duração da prova: **4h**

Cód: **2012 a 2065**

Cargo:

**Direito**

#### INSTRUÇÕES

1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
2. Para fazer esta prova, você usará: a) este caderno de questões; b) um cartão-resposta e c) folha de redação.
3. Ao receber autorização, verifique se no caderno constam todas as **40 (Quarenta)** questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal de sala.
4. Verifique, no cartão-resposta, se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E.

Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta.

Há somente uma alternativa correta para cada questão.

Exemplo: se a alternativa correta de uma determinada questão for B, o candidato deverá preencher totalmente o retângulo correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:

A	<input checked="" type="checkbox"/>	C	D	E
---	-------------------------------------	---	---	---

6. Não faça rasuras no cartão-resposta.
7. Procure responder a todas as questões.
8. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
9. É expressamente proibido que o candidato utilize quaisquer meios de comunicação durante sua permanência no local de prova. Os aparelhos celulares deverão estar desligados, não sendo permitido que eles toquem em nenhum momento durante a realização da prova.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

01. Um estagiário do Ministério Público, estava utilizando o Windows Explorer e, sem querer, excluiu um arquivo que estava selecionado, pressionando a tecla DELETE. Assinale a alternativa que contenha a combinação de teclas que o colaborador pode usar para recuperar o arquivo imediatamente, desfazendo a ação anterior:

- A) Alt + F4.
- B) Ctrl + C.
- C) Ctrl + V.
- D) Ctrl + X.
- E) Ctrl + Z.

02. Um estagiário do Ministério Público, redigiu um documento no Microsoft Word 365. Ao receber o documento, o superior imediato verificou que os parágrafos do referido documento não estavam justificados.

Observe a figura abaixo:



Agora responda, qual botão (para alinhamento de texto) da sequência 1, 2, 3 e 4, que formatará o parágrafo deixando o texto justificado?

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) Nenhum dos botões apresentados na figura deixará o texto justificado.

03. Sobre os conceitos básicos de Internet e correio eletrônico, assinale a alternativa que sempre existirá no endereço de e-mail:

- A) \_ (underline)
- B) @(arroba)
- C) .br
- D) .com
- E) #(cerquilha)

04. Um estagiário do Ministério Público, precisa enviar um e-mail com um anexo. Assinale a única alternativa que NÃO pode ser enviada como anexo em um e-mail:

- A) Um arquivo de música.
- B) Um documento do word.
- C) Um link (endereço) de um site.
- D) Um arquivo de vídeo.
- E) Um arquivo de imagem.

05. Sobre os aplicativos voltados para Segurança da Informação, assinale a alternativa que contenha o programa que NÃO faz parte do conjunto de ferramentas antimalware existente:

- A) Antivírus.
- B) Antispyware.
- C) Antirookit.
- D) Antitrojan.
- E) Phishing.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DIREITO

06. Qual das alternativas NÃO se refere a fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos da Constituição Federal de 1988?

- A) cidadania.
- B) valores sociais do trabalho.
- C) bipartidarismo político.
- D) dignidade da pessoa humana.
- E) soberania.

07. Em relação aos direitos individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) o direito à vida significa tão somente o direito de continuar vivo, de não ser assassinado.
- B) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, estando, assim, vedadas as biografias não-autorizadas.
- C) o sigilo das comunicações telefônicas veda qualquer tipo de interceptação telefônica, mesmo que determinada pelo Poder Judiciário.
- D) as ações afirmativas buscam realizar a igualdade formal e aparente entre as pessoas.
- E) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

08. Em relação aos direitos sociais dos trabalhadores, previstos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) é garantida a licença à gestante, pelo período de até 120 (cento e vinte) dias, com redução proporcional da remuneração.
- B) a remuneração do trabalho extraordinário deve ser superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do trabalho normal.
- C) o repouso semanal remunerado será concedido sempre aos domingos, podendo se dar em outros dias da semana, se houver acordo entre as partes.
- D) as férias anuais devem ser remuneradas pelo valor de 1/3 (um terço) do salário normal.
- E) a duração da jornada de trabalho não poderá ser inferior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

09. Em relação à livre associação profissional ou sindical, é correto afirmar que:

- A) o Poder Público poderá interferir e a intervir na organização sindical, sempre que entender necessário.

- B) todo trabalhar deve se filiar manter-se filiado a sindicato para ter os seus direitos garantidos.
- C) ao sindicato cabe a defesa dos direitos coletivos da categoria e apenas em questões judiciais.
- D) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- E) o aposentado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais, ainda que filiado.

10. Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, ceder-se-á:

- A) habeas corpus.
- B) mandado de segurança.
- C) habeas data.
- D) tutela antecipada.
- E) mandado de injunção.

11. Assinale a alternativa que relaciona princípios constitucionais que regem a Administração Pública:

- A) legalidade, impessoalidade, morosidade, publicidade e eficácia.
- B) legalidade, improbidade, publicidade, eficiência e autotutela.
- C) legalidade, discricionariedade, moralidade, transparência e impessoalidade.
- D) legalidade, impessoalidade, moralidade, proporcionalidade e executoriedade.
- E) legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência.

12. "Diferente das relações privadas nas quais vigem a autonomia da vontade e a máxima de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude da imposição legal, a Administração, repita-se, somente pode agir quando autorizada pela lei e em respeito às balizas da norma (PESSOA, 2022). Nesse texto, o autor se refere ao princípio:

- A) da proporcionalidade.
- B) da especialidade.
- C) da legalidade.
- D) da transparência.
- E) da eficiência.

13. O poder da administração que não permite ao administrador liberdade de escolha para definir se realiza ou não determinado ato, nem lhe permite juízo de valor ou avaliação da conveniência e oportunidade, denomina-se:

- A) poder vinculado.
- B) poder hierárquico.
- C) poder discricionário.
- D) poder regulamentar.
- E) poder disciplinar.

14. A pessoa jurídica de Direito Público criada por lei específica, que goza de autonomia para gerir as atividades administrativas determinadas pela lei que a criou, denomina-se:

- A) secretarias estaduais.
- B) sociedades de economia mista.
- C) autarquia.
- D) empresa pública.
- E) organização não governamental.

15. São atributos dos atos administrativos, EXCETO:

- A) presunção de legitimidade.
- B) revogabilidade.
- C) autoexecutoriedade.
- D) imperatividade.
- E) tipicidade.

16. Em relação à aplicação da lei penal, é correto afirmar que:

- A) aos crimes cometidos em território nacional será aplicada a legislação brasileira, sendo vedada a sua aplicação a crimes cometidas no estrangeiro, ainda que em embarcações nacionais públicas ou estrangeiras.
- B) o momento do crime é aquele em que se deu o resultado pretendido pelo autor.
- C) o lugar do crime é aquele que ocorreu a ação ou omissão, independente do resultado.
- D) a Lei penal pode ser temporária, com prazo de vigência descrito em seu conteúdo.
- E) a pena cumprida no estrangeiro não produz efeito em relação à pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

17. Em relação à imputabilidade penal, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar que:

- A) os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente imputáveis.
- B) é isento de pena o agente que, embora ao tempo da ação ou da omissão, fosse inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato, venha a ser acometido por doença mental após a prática do crime.
- C) a paixão e a emoção excluem a imputabilidade penal.
- D) a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.
- E) é isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

18. São requisitos para que o delito seja caracterizado como concurso de pessoas, EXCETO:

- A) vínculo de vontade divergente: conduta dolosa de um agente e conduta culposa do outro agente.
- B) identidade de infração penal.
- C) liame subjetivo entre os agentes.
- D) nexos de causalidade entre as condutas.
- E) pluralidade de agentes e de condutas.

19. Em relação às espécies de pena, é correto afirmar que:

- A) a pena restritiva de direitos é limitadora da liberdade de ir e vir daquele que comete um ilícito penal.
- B) a pena de reclusão deve ser cumprida, necessariamente, em regime fechado.
- C) a pena de detenção sempre será em regime aberto.
- D) a pena de multa sempre será aplicada para substituir penas restritivas de direito.
- E) as penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os critérios previstos no Código Penal e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso.

20. De acordo com o Código Penal, em relação às espécies de pena, é correto afirmar que:

- A) as penas restritivas de direitos consistem apenas em limitação de fim de semana e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- B) as penas restritivas de direitos são autônomas e não substituem as privativas de liberdade.
- C) o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.
- D) no regime fechado, o trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.
- E) o trabalho do preso será sempre remunerado, mas não lhe garante os benefícios da Previdência Social.

21. Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- A) o inquérito policial é o procedimento judicial que visa a apuração da autoria e da materialidade do crime.
- B) o inquérito policial não faz exigência de formalidades, revestindo-se de discricionariedade, desde que observados os limites legais.
- C) o entendimento majoritário na doutrina é que o inquérito policial tem caráter inquisitivo e exige a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.
- D) nenhum inquérito policial poderá ser instaurado de ofício, sempre dependerá de provocação da vítima ou do Ministério Público.
- E) a autoridade policial poderá arquivar o inquérito sempre que verificar que inexistem indícios de prática criminosa.

22. No tocante à ação penal, é correto afirmar que:

- A) em regra, a ação penal é privada, ou seja, depende de representação do ofendido.
- B) na ação penal pública incondicionada, o Ministério Público somente estará autorizado a agir a partir da representação do ofendido ou da requisição do Ministro da Justiça.

- C) o Ministério Público poderá desistir da ação penal, sempre que entender improcedente.
- D) a queixa crime é a ação penal privada, ou seja, a faculdade que o legislador confere à vítima de dar início ao processo criminal.
- E) a ação penal não se submete às chamadas condições da ação, em razão da indisponibilidade dos interesses envolvidos.

23. Com base na Teoria Geral da Prova no Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) todas as provas produzidas por uma das partes podem ser contraditadas pela outra parte.
- B) o Juiz deve valorar a prova produzida da maneira que entender mais conveniente, de acordo com sua análise dos fatos comprovados nos autos.
- C) na prova testemunhal, somente as partes podem arrolar testemunhas, não cabendo ao juiz inquirir testemunhas por ele convocadas.
- D) são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- E) o Juiz pode determinar que o réu seja retirado da sala onde a testemunha irá depor, se verificar que a sua presença pode constranger a testemunha, sempre fundamentando sua decisão.

24. Considere as disposições do Código de Processo Penal e assinale a alternativa correta:

- A) as medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- B) a aplicação das medidas cautelares se dará tão somente em caso de necessidade para a aplicação da lei penal.
- C) a concessão de medida cautelar dispensa o exercício do contraditório pela parte contrária.
- D) o juiz não poderá revogar de ofício a medida cautelar decretada.
- E) as medidas cautelares somente poderão ser decretadas isoladamente, não podendo cumular com outra cautelar de natureza distinta.

25. Em relação às nulidades no processo penal, é correto afirmar que:

- A) a incompetência, a suspeição ou o suborno do juiz é uma nulidade relativa, que poderá ser suprida em qualquer fase processual.
- B) a omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato é uma nulidade absoluta, havendo o prejuízo presumido.
- C) nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- D) a parte poderá arguir nulidade referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- E) as nulidades incidem inclusive em atos praticados no inquérito policial, maculando, por conseguinte, todo o processo judicial.

26. De acordo com o Código de Processo Penal, o procedimento comum sumário será aplicado:

- A) quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- B) quando tiver por objeto crime cuja sanção for pena privativa de liberdade ou restritiva de direito.
- C) quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- D) quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- E) para as infrações penais de menor potencial ofensivo.

27. Considere as disposições do Código Civil e assinale a alternativa correta.

- A) O nascituro não é titular de direitos pessoais.
- B) Toda pessoa com dezoito anos ou mais fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- C) A emancipação somente será válida se decorrer de decisão judicial.
- D) Não há decretação de morte presumida, sem decretação de ausência.
- E) Comoriência é a concomitância, de fato ou presumida, da morte de pessoas e o principal efeito jurídico é a intransmissibilidade de patrimônio jurídico entre os comorientes.

28. Em relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) os direitos da personalidade são intransmissíveis.
- B) os direitos da personalidade são renunciáveis.
- C) os direitos da personalidade são adquiridos a partir do nascimento com vida e assegurados ao nascituro.
- D) os direitos da personalidade estão imprescritíveis.
- E) os indivíduos não podem renunciar aos direitos da personalidade.

29. Em relação ao negócio jurídico, é correto afirmar que:

- A) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- B) o negócio jurídico realizado pelo absolutamente incapaz, sem representante, será anulável.
- C) a validade da declaração de vontade sempre dependerá de forma especial, devendo ser lavrada em escritura pública.
- D) o negócio jurídico sempre produzirá seus efeitos de imediato, não podendo ser submetido a termo ou condição.
- E) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se de forma ampla.

30. Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, tem-se:

- A) coação.
- B) estado de perigo.
- C) erro ou ignorância.
- D) fraude contra credores.
- E) lesão.

31. Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que:

- A) as decisões administrativas e judiciais devem ser justificadas de forma abstrata sem considerar os efeitos práticos da decisão.
- B) a invalidação de ato ou contrato dispensa a análise de suas consequências.
- C) na interpretação de normas sobre gestão pública, não deverão ser consideradas dificuldades reais do gestor.
- D) a decisão que estabelecer orientação nova tem eficácia imediata e dispensa regime de transição.
- E) as decisões administrativas que revisem atos anteriores necessitam levar em conta as orientações gerais da época.

32. "Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva" (art. 6º, CPC). Estamos nos referindo a qual princípio do Direito Processual Civil?

- A) Princípio da adequação.
- B) Princípio da igualdade.
- C) Princípio da boa fé.
- D) Princípio da duração razoável do processo.
- E) Princípio do contraditório e da ampla defesa.

33. No processo civil, em relação aos sujeitos do processo, é correto afirmar que:

- A) todas as pessoas naturais têm capacidade para estar em juízo.
- B) o dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade, cabe tão somente a parte ré do processo, pois a ele cabe provar a improcedência do pedido do autor.
- C) é vedado às partes, a seus procuradores, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.
- D) a curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.
- E) no processo civil, o incapaz será representado ou assistido pelo Ministério Público, que deve zelar pelos seus direitos em detrimento dos interesses de outrem.

34. Com base no Código de Processo Civil, será representado em juízo, ativa e passivamente:

- A) a massa falida, pelo sócio administrador da empresa.
- B) o Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada.
- C) a herança jacente ou vacante, pelo inventariante.
- D) o Estado e o Distrito Federal, pelo Governador.
- E) o espólio, por seu curador.

35. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. O prazo para emenda da inicial é de:

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 30 dias.

36. Na sentença, o juiz NÃO resolverá o mérito quando:

- A) verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- B) acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- C) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- D) homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- E) homologar a transação.

37. Assinale a alternativa que se refere a um órgão de administração superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

- A) Procuradorias de Justiça.
- B) Promotorias de Justiça.
- C) Grupos Especializados de Atuação Funcional.
- D) Colégio de Procuradores de Justiça.
- E) Ouvidoria do Ministério Público.

38. O Conselho Superior do Ministério Público será composto:

- A) pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, pelo Ouvidor do Ministério Público e por nove Procuradores de Justiça eleitos.
- B) pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por nove Procuradores de Justiça eleitos.
- C) pelo Procurador-Geral de Justiça e por todos os Procuradores de Justiça.

D) pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por oito Procuradores de Justiça indicados pelo Procurador-Geral de Justiça.

E) pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, por nove Procuradores de Justiça e por nove Promotores de Justiça.

39. Em relação às Procuradorias de Justiça, é correto afirmar que:

A) é facultativa a presença do Procurador de Justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria de Justiça.

B) os Procuradores de Justiça das Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais reunir-se-ão para fixar orientações jurídicas, com caráter vinculativo, encaminhando-as ao Corregedor-Geral de Justiça.

C) os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem, remetendo seus relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

D) a divisão interna dos serviços das Procuradorias de Justiça é definida pelo Procurador-Geral e visa a distribuição equitativa dos processos por sorteio.

E) cabe aos Procuradores de Justiça realizarem visitas de inspeção nas Promotorias de Justiça, as quais se vinculam.

40. Compete aos Promotores de Justiça, dentro de sua esfera de atribuições, EXCETO:

A) exercer as atribuições junto ao Tribunal de Justiça, desde que não cometidas ao Procurador-Geral de Justiça.

B) officiar perante a Justiça do Trabalho nas comarcas onde não haja Varas do Trabalho, praticando todos os atos previstos na legislação pertinente.

C) officiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, com as atribuições do Ministério Público Eleitoral previstas na Lei Orgânica do Ministério Público da União que forem pertinentes, além de outras estabelecidas na legislação eleitoral e partidária.

D) atender qualquer do povo, tomando as providências cabíveis.

E) impetrar *habeas corpus* e mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante o Tribunal de Justiça.

## PROVA DISCURSIVA

Leia os textos a seguir. Lembre-se de que se tratam de textos de apoio e que eles servem como referência e motivação para a sua reflexão sobre o tema proposto em seguida. Os textos de apoio não devem ser copiados ou parafraseados, uma vez que sua redação deve ser original e escrita de modo a possuir sentido em si mesma.

TEXTO 1:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

[...]

Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Adaptado.

TEXTO 2:

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 a III) em 10 de dezembro 1948.

[...]

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

[...]

TEXTO 3:

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

[...]

Fonte: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Adaptado.



Considerando as normas sobre a prova discursiva contidas no EDITAL N.º 1/2023, produza um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: **"A promoção do princípio da dignidade da pessoa humana"**.





